

## “Veríamos a forma de aproveitar suas culturas e de fazer um produto turístico mais”: relações interétnicas, cenificações e territorialidades divergentes no Norte da Patagônia Argentina\*

Sebastián Valverde

Universidad de Buenos Aires (Argentina)

### Resumo

No presente artigo, propomo-nos analisar, a partir da perspectiva da Antropologia Social, as transformações socioeconômicas e identitárias geradas pelo desenvolvimento da atividade turística no povoado indígena Mapuche na região do denominado “corredor dos lagos” das Províncias (Estados) de Neuquén e Río Negro — na zona Norte da Patagônia Argentina. Atenderemos às reconfigurações socioeconômicas e culturais que as comunidades originárias experimentam, devido à transcendência que esta fonte de recursos econômicos adquiriu nos últimos anos. Propomos abordar a complexidade e multidimensionalidade do fenômeno, superando as leituras simplistas ou unidirecionais que somente concebem “efeitos” e/ou “impactos”, buscando contemplar o conjunto das transformações nas relações sociais. Especialmente, vamos centrar-nos na paradoxal visibilidade que se realiza do “Mapuche” no contexto turístico, por parte de diferentes agentes estatais e privados, e, ao mesmo tempo, no modo em que dita presença é apropriada e redefinida pelos integrantes das organizações e comunidades indígenas.

**Palavras chave:** Atividade turística — Povo indígena Mapuche — Transformações produtivas — Visibilidade.

### “We Would See the Manner of Taking Advantage of Their Cultures and Making just Another Tourism Product”: Inter-ethnic Relations, Staging, and Divergent Territorialities in the Argentine North Patagonia.

### Abstract

We aim to analyze, from the Social Anthropology perspective, the socio-economic and identity transformations created by the development of the tourism activity in the Mapuche indigenous people from the region known as the “lake corridor” of the Provinces of Neuquén and Río Negro, in the Argentine North Patagonia. We will address the socio-economic and cultural settings that the native communities experience given the importance obtained by this source of income in the last years. We seek to deal with the complexity and multidimensionality of the phenomenon, overcoming the simplistic or unidirectional readings that only conceive “effects” and/or “impact”, in search of the set of transformations in social relations. We will focus, in particular, on the paradoxical visibility of what “Mapuche” is in the tourism context driven by the different state and private agents, and, at the same time, the way in which this presence is portrayed and redefined by the members of indigenous organizations and communities.

**Key words:** Tourism Activity — Mapuche Indigenous People — Productive Transformations — Visibility.

---

\* Este trabalho enquadra-se no projeto UBACyT, programação 2012-2015: *Etnicidades, movimientos y comunidades indígenas en contextos de promoción de emprendimientos productivos: una perspectiva comparativa entre los pueblos indígenas Mapuche, Chané y Qom*. Faculdade de Filosofia e Letras — Universidad de Buenos Aires (UBA), sob a direção do Doutor Sebastián Valverde.

Receção: 02-01-2014 | Admissão: 19-05-2014 | Publicação: 30-10-2015

VALVERDE, Sebastián. “Veríamos a forma de aproveitar suas culturas e de fazer um produto turístico mais: relações interétnicas, cenificações e territorialidades divergentes no Norte da Patagônia Argentina”. PEREIRO, X. (ed.), M. G. de ALMEIDA e I. M. C. LUSTOSA (coeds.). *Turismo em terras indígenas*. Volume especial da *Agália. Revista de Estudos na Cultura*, 2015, 59-91.

*El paisaje, compuesto por montañas imponentes, majestuosos lagos y mágicos bosques milenarios, se ve enriquecido con encantadores mitos y leyendas, que le brindan una mística especial. Pero existe otro componente que dota a la región de una riqueza sin igual: la presencia de sus primitivos pobladores, forjadores indiscutibles de gran parte de su historia, su cultura e identidad.*

NEUQUÉN TUR, 2014.

O prefeito municipal de Villa la Angostura, localizada ao sul da Província de Neuquén, fez referência, em uma entrevista de 2006 publicada por um meio jornalístico *online*, à expansão turística e aos crescentes conflitos com Paichil Antriao, a comunidade Mapuche<sup>1</sup> local. Villa la Angostura é uma cidade de grandes belezas naturais que cresceu aceleradamente nos últimos anos<sup>2</sup> e, tendo-se tornado um destino para turistas de alto poder aquisitivo, passou a ser um lugar onde os negócios imobiliários movem milhões de dólares. Em 2006, o conflito indígena acrescentava-se ao compasso da expansão desta

---

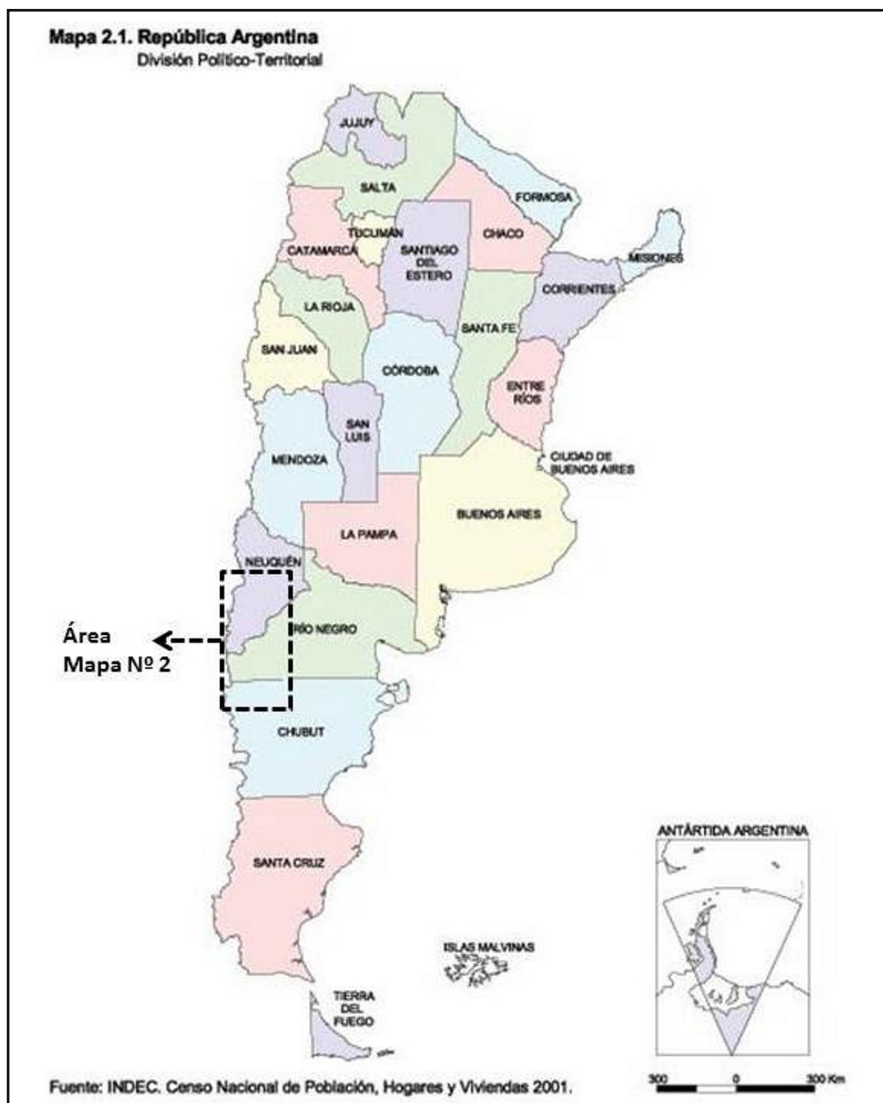
1. “Mapu” significa em mapudungún (sua língua originária) “terra” e “che” expressa “gente”. Assim “Mapuche” quer dizer “Gente da terra”. Este povo indígena, que está assentado no sul do Chile e da Argentina (na área norte da Patagônia), sobreviveu aos ataques genocidas e etnocidas realizados em ambos lados da cordilheira dos Andes no final do século XIX (Radovich e Balazote, 2009). No país transandino, estão assentados na Oitava, Nona e Décima Região e (como resultado das migrações) na região Metropolitana, somando 900.000 integrantes, dos quais 250.000 habitam no campo e o restante nas cidades (Bengoa, 2007). Na Argentina, residem nas Províncias de Chubut, Rio Negro, Neuquén, La Pampa e Buenos Aires (Radovich e Balazote, 2009) e, somando mais de 200.000 membros — de acordo com o último censo de população do ano de 2010 (INDEC, 2012) —, são o povo originário mais numeroso do país (seguido pelos grupos Qom-Toba, Guaraní, Diaguita e Kolla).

2. Em 1991, Villa la Angostura possuía 3.056 moradores e dez anos mais tarde contava com 7.325 habitantes, tendo-se registrado no último censo, do ano 2010, um total de 11.087 habitantes, em números provisórios, de acordo com o jornal *La Mañana del Neuquén* de 29/12/2010.

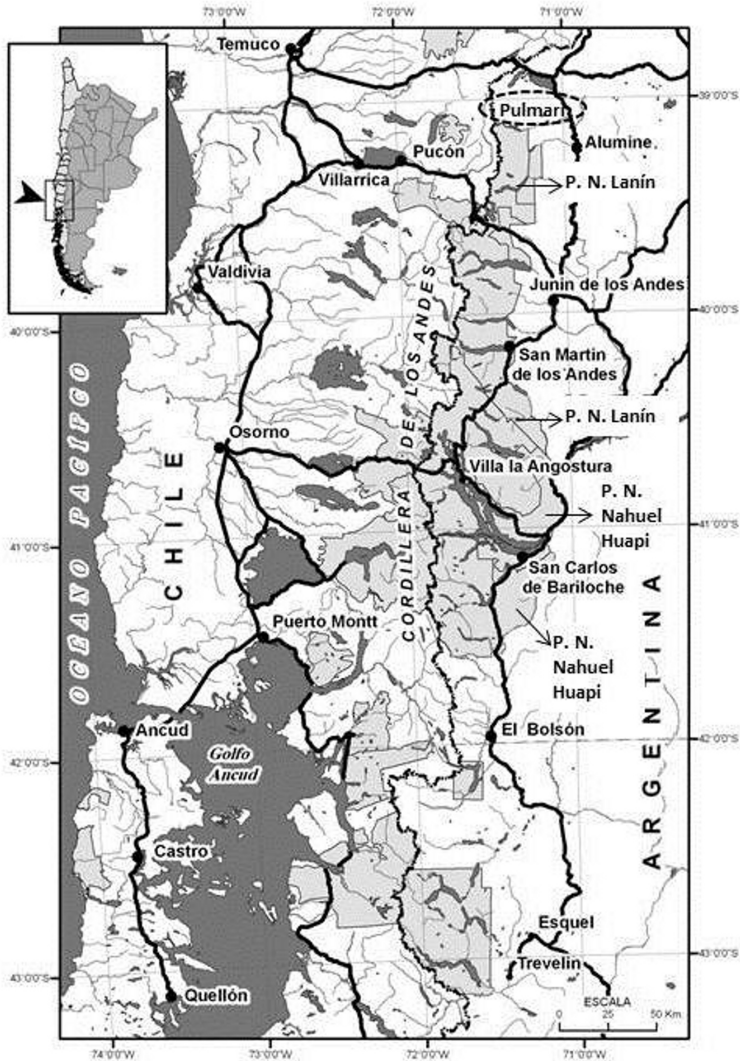
fonte de renda, conforme mostra o seguinte fragmento da citada entrevista (Astrada, 2007; sublinhado nosso):

Entrevistador: — ¿En la zona del conflicto se está afectando al turismo?

Entrevistado: — No tanto, pero lo afecta. Ahora, si ese lugar realmente le corresponde a los pueblos originarios, bueno, se puede hacer un trabajo interesante desde el punto de vista cultural y desde el punto de vista económico. Nosotros habíamos abierto a reconvertir la actividad productiva. Primero, nuestro producto madre es el turismo. Acá venir a encontrar petróleo, u otro... Me parece que el turismo ahora es el Norte. Entonces, si hay un lugar donde realmente a estos pueblos originarios les corresponde, veríamos la forma de tratar de aprovechar sus culturas, que se asienten realmente sus culturas y que a partir de allí podamos hacer un producto turístico más de lo que es ese producto básico que es Villa La Angostura y Patagonia. ¿Por qué no? Como hacen en el norte. Yo he estado en Misiones, en las Cataratas de Iguazú, y vos tenés pueblos originarios que venden sus artesanías, que te cuentan la historia de su pueblo — lo bueno y lo malo de su historia, como lo tenemos también nosotros. Y bueno, te pasás 3 horas... Hasta podés armar un video, podés hasta vender la historia de los colonizadores...



Mapa Nº 1. Mapa da República Argentina  
Fonte: INDEC, 2001.



**Mapa Nº 2.** Mapa do corredor dos lagos da Norpatagônia Argentina

**Fonte:** Cartógrafo Eduardo R. Garcia. Elaborado sobre dados pertencentes à Direção de Cadastro da Província de Neuquén. Laboratório de Informação Geográfica Florestal — Coordenação de Políticas Florestais — Ministério de Ordenamento Territorial — Província de Neuquén. [Nota: As áreas correspondentes a Parques Nacionais estão marcadas em sombreado cinza].

## 1. Apresentação

Nas últimas décadas, o turismo desenvolveu-se como uma atividade econômica de grande importância no âmbito mundial. A Argentina não fugiu desta tendência global e esta fonte de renda incrementou-se consideravelmente após a desvalorização da moeda nacional (peso argentino), acontecida no ano de 2002. Deste modo, na região do “corredor dos lagos” da zona norte da Patagônia<sup>3</sup>, o turismo constitui um aspecto central nas dinâmicas regionais e locais, repercutindo de diversas formas nas populações Mapuche — sejam comunidades, povoadores dispersos ou povoadores urbanos —, como no conjunto dos restantes setores sociais.

Conforme será analisado detalhadamente, podemos advertir como os efeitos mais destacáveis da exploração turística em populações e comunidades Mapuche são extremamente contraditórios e, ao mesmo tempo, paradoxais. Por um lado, constituem uma crescente fonte de renda para a população originária através de diferentes alternativas, em forma de trabalho assalariado em diferentes serviços (geralmente nas posições de menor qualificação), de desenvolvimento de diversas prestações administradas pelas próprias comunidades ou de elaboração de variados produtos para este mercado. Porém, as consequências para as comunidades indígenas envolvidas não terminam ali, pois neste contexto regional no qual os investimentos turísticos modificam radicalmente múltiplos aspectos, vêm-se produzindo crescentes conflitos, especialmente pelos âmbitos territoriais nos quais se assentam estas populações; em direta relação com isto, outra tendência que afeta as populações Mapuche no contexto de exploração turística é a visibilidade que as mesmas adquirem dentro do marketing turístico (promovido por setores estatais e não estatais), se bem que majoritariamente dita “cenificação” seja realizada de forma folclorizada e a-histórica (não histórica, desconsiderando os processos socioculturais

---

3. A Patagônia constitui a parte mais austral da América do Sul. Compreende os territórios do sul do Chile e da Argentina. Na Argentina, abrange um setor da Província de Buenos Aires, junto com La Pampa, Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego. As quatro primeiras Províncias correspondem à área norte da Patagônia (denominada “Norpatagônia”), onde se localiza a área que abordamos neste. Por sua parte, a seção sul está composta pelas três últimas Províncias (Ver Mapa N° 1).

e suas transformações ao longo do tempo) e também ocultando outros setores populares — desocupados, movimentos sociais, etc. — e ignorando aspectos controversos da relação com os povos originários.

No presente artigo, propomo-nos analisar, a partir da perspectiva da Antropologia Social, as transformações socioeconômicas e identitárias geradas pelo desenvolvimento da atividade turística em populações Mapuche na região do denominado “Corredor dos lagos” das Províncias de Neuquén e Rio Negro. Atenderemos às reconfigurações socioeconômicas e culturais que as comunidades originárias experimentam, dada a transcendência que esta fonte de renda adquiriu nos últimos anos. É nosso propósito atender à complexidade e multidimensionalidade do fenômeno, superando as leituras simplistas ou unidirecionais (que são a característica geral de alguns trabalhos da disciplina do turismo em geral ou do turismo cultural) que somente concebem “efeitos” e/ou “impactos”, no lugar de analisar as transformações no conjunto das relações sociais. Como objetivo complementar, propomo-nos abordar a paradoxal visibilidade que se realiza do “Mapuche” no contexto turístico por parte de diferentes agentes estatais e privados, e, ao mesmo tempo, o modo no qual dita presença é apropriada e redefinida pelos integrantes das organizações e comunidades indígenas.

Os antecedentes deste trabalho encontram-se na pesquisa de doutorado que efetuamos no período 2003-2006 e nas abordagens posteriores, referidas aos conflitos territoriais vinculados a esta atividade econômica, assim como aos processos de reatualização e/ou revitalização identitária indígena. Aqui utilizamos o método etnográfico baseado na observação participante e na realização de entrevistas abertas e semiestruturadas, tanto para integrantes das comunidades Mapuche quanto para diversos setores envolvidos (membros de organismos governamentais e não governamentais, advogados, professores das comunidades, funcionários, integrantes de organizações sociais, etc.). Do mesmo modo, recompilamos fontes de informação secundária em diversos organismos (Municípios, Secretaria de Turismo, Parques Nacionais, bibliotecas, etc.). O trabalho de campo, combinado com a coleta de diversas fontes secundárias, foi realizado em múltiplas instâncias entre os anos 2004 e 2013.

Definimos como áreas de análise, o denominado “Corredor dos lagos” das Províncias de Neuquén e Rio Negro, que se destacam por contar com



presença indígena Mapuche e —devido às belezas naturais — com uma relevante atividade turística. Consideramos as localidades de Aluminé, Junín de los Andes, San Martín de los Andes e Villa la Angostura (na província de Neuquén) e Bariloche (na vizinha Província de Rio Negro), junto com suas áreas de influência. Importa referir que nas três primeiras se localiza o Parque Nacional Lanín, na margem da Cordilheira, e que o Parque Nacional Nahuel Huapi compreende um setor do Departamento Los Lagos (que corresponde a Villa la Angostura) e uma seção do Departamento Bariloche (ver Mapa Nº2).

Cabe assinalar que uma pesquisa antropológica como a que aqui é incluída se vincula ao mundo social extremamente complexo que se indaga — e reconstrói —, através do trabalho etnográfico, com as diferentes elaborações teóricas. Trata-se, seguindo Guber (1991: 63), de “articular el mundo de los actores con el plano teórico” a fim de evitar os reducionismos em um ou outro sentido, como advertiu esta autora há mais de duas décadas, destacando os riscos de cair no “teoricismo” ou nos “empirismos”. Ao mesmo tempo, no trabalho etnográfico, dado que [...] *es el investigador quien lleva a cabo todo el proceso, no es posible escindir la tarea de reflexión teórica de la obtención de información*” (Guber, 1991: 79). O processo de pesquisa, portanto, constitui um todo integrado de caráter “flexible, creativo y heterodoxo”, nessa constante e paralela inter-relação dialética “entre la observación y la elaboración, la obtención de información y el análisis de los datos” (Guber, 1991: 80).

## **2. O povo Mapuche na região norte da Patagônia argentina e as transformações nos últimos anos**

O povo indígena Mapuche conseguiu, a partir da restauração democrática de 1983 e particularmente nos últimos anos, uma destacada presença social e uma capacidade de gerar transformações na sociedade em seu conjunto. Suas organizações etnicistas foram das primeiras do país e vêm gerado profundas mudanças sociais, políticas e culturais na região do Norte da Patagônia onde — do mesmo modo que no sul do Chile — se encontra instalado. Isto explica as crescentes mobilizações e reivindicações que realizam por seus territórios, sua identidade étnica, sua cultura e o direito à autodeterminação como povo



(Valverde, 2013)<sup>4</sup>. Estas dinâmicas extremamente complexas e inovadoras vêm contribuindo para reverter a tendência histórica à negação e à ação de as tornar invisíveis por parte do Estado e dos setores hegemônicos para com as populações indígenas<sup>5</sup>.

Estes processos de crescente autorreconhecimento, emergência étnica (Bartolomé, 2010; Oliveira, 1999) e afirmação destes povos como sujeitos de direito, veem-se refletidos nos números dos censos que, progressivamente, vão aperceber-se desta presença indígena na Argentina e, particularmente, na região da qual nos ocupamos<sup>6</sup>.

Como resultado desta consolidação dos processos organizativos indígenas, vêm-se incrementando os litígios com investidores privados e alguns níveis do Estado, numa tendência que é plenamente coincidente com a situação de pequenos produtores rurais ao longo do país (Tamagno, 2012): a partir da

---

4. Entre elas podem citar-se a de conformação de novas comunidades sobre a base de relações pré-existentes (como na região do Parque Nacional Nahuel Huapi), a atribuição de “canônes” ao serem reconhecidos seus direitos ancestrais sobre os territórios onde se realizam empreendimentos turísticos (é o caso, recente, dos Vera, em virtude da concessão do centro de esportes de inverno “Cerro Chapelco”, no Departamento Lácar) e ainda conflitos ou litígios como os das comunidades do Departamento Huiliches com proprietários rurais privados ou o da comunidade Paichil Antriao citado no início deste trabalho.

5. Diferentemente de outros países da América Latina, no período de formação do Estado Nação Argentino houve predomínio de uma ideologia positivista — especialmente em sua vertente inglesa — que prevaleceu tanto na política quanto na ciência. Esta corrente de pensamento moldou no imaginário coletivo o mito de uma nação de enraizamento europeu, negando toda presença indígena. Como reza um velho ditado, à diferença dos peruanos, que descendem dos incas, e dos mexicanos, que procedem dos astecas, “*los argentinos vienen de los barcos*” (Ramos, 2011).

6. De acordo com os dados do último Censo Nacional de População, Lares e Residências do ano de 2010 (INDEC, 2012), o número de lares com uma ou mais pessoas que se reconhecem como pertencentes ou descendentes de um povo indígena é de 3%. Cabe assinalar, que estes valores podem ser ainda maiores, precisamente pelos preconceitos ainda presentes que em muitos casos ainda levam a subestimar sua presença. Em qualquer caso, o povo Mapuche, com 205.009 integrantes, é o grupo originário mais numeroso, seguido do povo Qom (Toba) (126.967), Guaraní (105.907), Diaguita (67.410), Kolla (65.066), Quechua (55.493) e Wichí (50.419). 70% da população originária da Argentina concentra-se nestes sete povos referidos, enquanto mais de 30 etnias diferentes atomizam 30% (INDEC, 2012).

expansão de diversas atividades econômicas — ou as “fronteiras produtivas” — produz-se a conseqüente valorização dos territórios ocupados pelos povoadores rurais, sejam ou não indígenas. A isto é preciso somar, ainda, que, já há algumas décadas, a região “dos lagos” vem se consolidando como centro turístico e de serviços: o atrativo das paisagens de bosques, montanhas e bacias lacustres tem promovido o desenvolvimento crescente, nos centros urbanos de referência, dos serviços terciários e das atividades político-administrativas, de tal modo que o volume populacional da área cresceu muito acima das médias provinciais e nacionais<sup>7</sup>.

A desvalorização da moeda local (o peso argentino), que ocorreu no ano de 2002<sup>8</sup>, aprofundou essas tendências, pois o fim do regime de paridade peso-dólar trouxe consigo profundas mudanças nos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais regionais, que afetaram de diferentes maneiras as populações indígenas — do mesmo modo que os restantes segmentos da sociedade — e particularmente os territórios em que estas se assentam. Isto porque, com a crescente valorização territorial, se acelerou a venda e estrangeirização de terras, bem como a conversão de atividades agrícolas-pecuárias a turísticas, imobiliárias, florestais, etc. Na área em estudo, a expansão do turismo como fonte de renda não apenas implicou um grande incremento na quantidade de visitantes<sup>9</sup> e de novos proprietários, mas também uma modificação qualitativa da demanda, com novos perfis sócio-econômicos e de consumo que tendem a gerar um maior “prestígio” e “hierarquia” do lugar, mudanças que se observam em diversos indicadores.

---

7. As mudanças de variação populacional entre 1991 e 2010 permitem dimensionar o fenômeno: enquanto a Província de Neuquén cresceu 41,8%, passando de 388.833 a 551.226 habitantes, nos quatro Departamentos do “corredor dos lagos” aqui considerados (Aluminé, Huiliches, Lácar e Los Lagos) o crescimento foi quase o dobro que no total provincial: 80,5%. No mesmo período, a Província de Rio Negro cresceu 26% e o departamento cordilheirano de Bariloche aumentou 41,1% (INDEC, 2001 e 2012).

8. O sistema denominado de “convertibilidade” da moeda, baseado na equivalência de um peso argentino com um dólar americano vigorou entre 1991 e 2001, tendo sido anulado, em um contexto de uma severa crise econômica, política e social, com a finalidade de incentivar a produção local.

9. Isto pode ser observado com a quantidade de pernites registrados em estabelecimentos habilitados da Província de Neuquén durante a temporada de verão (janeiro e fevereiro) entre os

Para os integrantes do povo indígena Mapuche, os problemas derivados da valorização territorial têm sido agravados diante da falta ou demora na regularização destes âmbitos, prevista nas legislações vigentes<sup>10</sup>. De fato, na Patagônia os “povoadores” costumam ser “ocupantes fiscais” de terras que permanecem em mãos do Estado Nacional ou Provincial ou são beneficiários de “Permisos Precario de Ocupación y Pastaje”<sup>11</sup> (à frente, PPOP) ou “ocupantes de fato”. Isto cria situações de grande insegurança jurídica e de fortes conflitos quando os territórios onde residem, dos quais dependem para sua subsistência e que estão estreitamente ligados à sua identidade e à história do grupo, são afetados. Apesar dos avanços jurídicos nos últimos anos, continua prevalecendo uma situação de grande precariedade em matéria de posse territorial e os avanços na “regularização dominial” e no reconhecimento da denominada “propriedade comunitária” foram muito lentos.

Outro processo em curso é constituído pela crescente participação do povo Mapuche na atividade turística, já seja a partir da prestação de diversos serviços (trilhas, cavalgadas, etc.), da venda de diferentes produtos (doces, frutas, cogumelos, artesanatos, produção florestal, coleta de lenha, etc.), o desenvolvimento de alguns empreendimentos com certa infraestrutura (campings, áreas de acampamento, balneários em costas de lagos e rios, etc.), assim como o emprego em diversos trabalhos assalariados (serviço doméstico, limpeza de casas e estabelecimentos turísticos, construção, manutenção de jardins, etc.).

---

anos de 2004 e 2014: experimentou um crescimento de 55,4%, passando de 534.433 a 830.587 em 2014. Também é significativo o número de estabelecimentos habilitados e o de leitos: os 758 estabelecimentos de 2014 representam 96% mais que há uma década e os 27.163 leitos um incremento de 58% (Ministério de Desenvolvimento Territorial — Governo da Província de Neuquén, 2014).

10. A Lei Nacional N° 26.160/2006 de “Emergência e Regularização da Propriedade Comunitária Indígena” prevê um programa de relevamento territorial de comunidades indígenas para registrar sua ocupação territorial e estabelece a emergência em matéria de posse e propriedade de terras e a suspensão dos despejos, até que se concretizem ditos estudos.

11. Trata-se de Autorizações Precárias de Ocupação e Pastagem. Quando foram conformados os Parques Nacionais Nahuel Huapi (1934) e Lanín (1937), reconheceram-se os títulos de propriedade para os habitantes do parque, mas para os indígenas e imigrantes chilenos (povoadores de menores recursos econômicos) foram entregues PPOP, que não os protegiam de eventuais expulsões e implicavam múltiplas restrições para suas atividades produtivas (García e Valverde, 2007).



**Imagem Nº 1.** Salão destinado a difundir a cultura Mapuche e para a venda de diferentes produtos na comunidade Mapuche Wiritray. Departamento Bariloche — Província de Río Negro.

**Fonte:** fotografia do autor, 2006.



**Imagem Nº 2.** Placa de promoção de atividades turísticas e de venda de produtos caseiros e artesanatos no local “Quila Quina”, comunidade Mapuche Curruhinca.

Departamento Lácar — Província de Neuquén.

**Fonte:** fotografia do autor, 2006.



**Imagem Nº 3.** Placa de anúncio da comunidade Mapuche Atreico.  
Departamento Huiliches — Província de Neuquén.  
**Fonte:** fotografia do autor, 2005.

Em direta relação com este último aspecto, outra mudança a destacar está associada às diversas políticas públicas instrumentadas tendo como destinatários os povos indígenas. Com o retorno da democracia e, especialmente, após 1992 com a comemoração dos “500 anos”<sup>12</sup>, a “questão indígena” cobrou um papel destacado na agenda pública na Argentina, junto à defesa dos direitos

---

12. A comemoração dos 500 anos do denominado “Descobrimiento da América” implicou uma oportunidade em toda a América Latina para que os diferentes povos pudessem se organizar, formulando suas demandas diante do conjunto da sociedade, e para mostrar a continuidade entre os povos pré-hispânicos e os atuais. Paradoxalmente, em muitos contextos da região, os “contrafestejos” ocuparam um lugar mais significativo que os “festejos” oficiais (organizados pelos Estados e instituições hispânicas), constituindo-se em um marco que possibilitou visibilizar as demandas indígenas e repudiar o processo de colonização (Bengoa, 2007).



humanos, conforme provam as inovações na jurisprudência<sup>13</sup>. Assim, nos últimos anos, têm sido aprovadas diferentes legislações de impacto, como a Lei de bosques ou a de Emergência e Regularização da Propriedade Comunitária Indígena, que comportam grandes transformações nos territórios e nas demandas dos povos originários. Também vêm sendo aplicadas políticas públicas e planos de desenvolvimento na região — para os âmbitos rurais, em geral, e para as populações Mapuche, em particular —, por parte de diferentes organismos públicos e privados<sup>14</sup>, que com frequência contemplam a promoção do “patrimônio cultural” e o “turismo cultural” como forma de gerar recursos para as unidades domésticas.

### 3. “Cenificação” dos Mapuche no contexto turístico

Uma tendência que comporta a expansão turística que aqui analisaremos é a “visibilidade” ou “cenificação” dos povos indígenas produzida nestes contextos. A atividade turística, ao se basear na promoção de belezas regionais (naturais e culturais), favorece estes processos, apesar de que os indígenas são apresentados de forma “a-histórica” e “folclorizada”, muitas vezes como “remanescentes” ou “reliquias” do passado ou como parte da natureza (e não da sociedade), recriando o mito do “bom selvagem”. Isto evidencia como, apesar dos avanços em matéria de reconhecimento jurídico e social, uma visão extremamente essencializante dos povos originários continua muito enraizada em diversos setores da sociedade.

Os diferentes trabalhos que abordam o fenômeno turístico em relação aos povos indígenas, que problematizaram sobre os efeitos nas minorias culturais, destacaram reiteradamente este processo (Comaroff e Comaroff, 2011; Rossel, 1988; Grünewald, 2003; Pereiro Pérez, 2009). A partir de uma postura crítica a esta atividade econômica e seus efeitos, Rossel (1988: 5) destaca: “Lo otro, es decir todo lo que escapa a nuestro mundo urbano e industrial, es

---

13. Neste árduo processo, cabe destacar a Reforma Constitucional do ano de 1994, com a incorporação do artigo 75, inciso 17, que implica o reconhecimento da pré-existência étnica e cultural dos povos indígenas. A Lei N° 24.071 do ano de 1992 foi um ponto de inflexão, ratificando o Convênio N° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre “Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes” do ano de 1989, considerado um referente no âmbito internacional para as políticas públicas.

14. Cabe destacar, entre outras, a *Asignación Universal por Hijo* (AUH) ou Bolsa Universal por Filhos, os diversos subsídios a cooperativas e o monotributo (imposto unificado) social agropecuário.

recuperado por la publicidad en forma caricaturesca”. Em outra passagem de seu trabalho, este autor precisa, em relação a estes processos de cenificação (Rossel, 1988: 5):

Como las vacaciones representan frecuentemente una parte importante del budget, el turista quiere ‘aprovechar bien su dinero’: quiere hacer una experiencia interesante, extrañarse. Se le va a proporcionar eso que él espera, se le va a crear un decorado, realizar una puesta en escena: verá “indígenas”.

A esta mesma tendência referiram-se Comaroff e Comaroff (2011: 51) ao destacar que “los intercambios culturales — en buena medida los que se producen en el ámbito del turismo — brindan ‘momentos mágicos’, pequeñas epifanías en las que, cruzando en efímeros encuentros las fronteras de la diferencia, vendedores y compradores por igual se sienten ‘tocados por lo real’”. Ali, é onde reside precisamente a dialética aberta na qual os sujeitos humanos e os objetos culturais são produzidos, reproduzem-se e se refazem mutuamente a partir da lógica do mercado (Comaroff e Comaroff, 2011).

Nesta linha de análise, para poder compreender mais cabalmente a imagem dos Mapuches que é promovida na Norpatagônia, é imprescindível destacar o perfil desta região que está na moda nos últimos anos com a denominada “globalização” e com a progressiva importância da atividade turística. De fato, este território é representado e reinventado como um dos últimos lugares do planeta ainda “por descobrir”, como uma grande região “sem poluição”, “virgem”, afastada da contaminação industrial, composta por montanhas, neve, lagos, glaciares, bosques naturais e estepes imensas (Impemba, 2003). Parte dessa promoção, particularmente, enfatiza nesse âmbito presumidamente “selvagem” e a existência de populações originárias colabora para lhe oferecer esse necessário toque “exótico”. Isto se evidencia eloquentemente na epígrafe com a qual iniciamos este artigo, pertencente a um texto do organismo de turismo da Província de Neuquén, onde ao aspecto “imponente” das paisagens é acrescentado “*otro componente*” que dá à região “una riqueza sin igual” como são os “*primitivos pobladores*” (ver citação completa no início deste trabalho). Estas construções elaboradas a partir do marketing tu-



rístico tradicional são montagens cênicas dos povos indígenas ligadas ao pressuposto de que “las minorías culturales representan un estado de la humanidad anterior a aquel del Occidente industrial y entonces más cerca de los orígenes del hombre y sobre todo de la naturaleza que nosotros” (Rossel, 1988: 20).

Como Impemba observou (2013) em um sugestivo trabalho, a imagem do Mapuche neste contexto turístico da região de Norpatagônia (especificamente para San Martín de los Andes onde realiza sua pesquisa), constitui uma “imagem construída” que implica uma “apropriação turística da cultura” e até dos próprios povoadores originários. Isto explica a difusão de uma imagem estereotipada, supostamente harmônica — definitivamente a-histórica — que oculta outros aspectos de sua própria realidade. A segunda citação que anexamos no início deste trabalho, constitui uma mostra representativa desta tendência. Nela, o funcionário de Villa la Angostura asseverava que:

[...] si ese lugar [por la zona en que están efectuando la reivindicación territorial] realmente le corresponde a los pueblos originarios [...] veríamos la forma de tratar de aprovechar sus culturas, que se asienten realmente sus culturas y que a partir de allí podamos hacer un productor turístico más” (Indymedia Argentina — Pueblos Originarios, 2007).

Pois bem, tal como afirma Impemba (2013: 152), esta suposta “pureza” é requisito para a inclusão dos povos indígenas no mercado turístico imposto e arquitetado a partir dos setores hegemônicos. Em palavras deste autor:

Entre las condiciones que le son requeridas al poblador mapuche para poder ingresar al campo turístico, para comenzar a ser admitido solo en su periferia, es la adaptación a las formas que impone el mercado desde una lógica capitalista, y que necesita de ese otro, en este caso el poblador mapuche y su cultura se mantenga puro e incontaminado, representante de la cultura de sus ancestros, en un situación ahistórica como pueblo con una mitología capaz de atrapar la atención del turista, conviviendo en el ambiente puro del entorno sanmartinense [en relación a San Martín de los Andes], y no por el contrario como exponente de situaciones de marginalidad, pobreza, conflictividad y exclusión.

Nesta linha de análise, e retomando a citação do funcionário de Villa la Angostura, cabe perguntar-se: a que se refere o mesmo quando fala de “que se assentem realmente suas culturas”? Entendemos que se refere a que os povos indígenas demonstrem para fora uma imagem de “pureza”, que não é a que evidenciam na atualidade — especialmente no contexto de conflito.

Assim também observamos como, uma vez que as reivindicações étnicas conseguem certo grau de presença, se busca sua incorporação — ou conversão — como “produto turístico”<sup>15</sup> a partir dos setores hegemônicos, o que implica certa adaptação à ordem vigente. Trata-se de uma inclusão em forma subordinada, porque de antemão é definido um determinado lugar para os povos indígenas, numa tendência que se repete em diferentes lugares do mundo e que Comaroff e Comaroff (2011: 45) caracterizam de “indústria de la identidad”.

#### **4. A heterogênea visibilidade dos Mapuche no marketing turístico: processos histórico-sociais divergentes**

A “cenificação” dos Mapuche a partir do marketing turístico é extremamente heterogênea, segundo uma multiplicidade de fatores diferenciados e inter-relacionados, entre os quais se encontram as características que a oferta turística toma em cada localidade e a configuração que as populações Mapuche adquirem, em cada caso, em base aos processos histórico-sociais regionais e locais. De acordo à perspectiva que consideramos para a análise das identidades étnicas, as relações interétnicas associadas ao processo de formação e consolidação do Estado-Nação assumem centralidade (Trincheró, 2000). Isto explica por-

---

15. Desde a década de 1990, os tipos de turismo vêm se diversificando, originando “novos produtos” e se adaptando a novos “nichos” do mercado turístico. Dentro destas alternativas, o denominado “turismo cultural” implica um novo tipo para que o turista possa escolher, dentro das opções mais tradicionais de sol, praia, montanha, etc. Esta mudança também está associada “com a passagem de um modelo de turismo ‘fordista’ a ‘pós-fordista’” (Pereiro Pérez, 2009:127), de tal modo que o modelo “pós-fordista” surge da crise de homogeneização e padronização dos destinos turísticos, buscando diferenciar a oferta e criar produtos para os segmentos específicos de visitantes. É, neste contexto, conforme Pereiro Pérez (2009) onde podemos compreender a valorização de patrimônio cultural, as festividades e a valorização do “ecológico”, por certos atributos muito presentes para esta região da Norpatagônia.

que nos cinco Departamentos analisados das províncias de Neuquén e Rio Negro advertimos situações muito diferentes, ao mesmo tempo que condiciona a forma na qual as populações originárias acedem e se apropriam da atividade turística em cada contexto.

As comunidades próximas a Aluminé e a Junín de los Andes foram das primeiras reconhecidas na Província de Neuquén, na década de 60, e atualmente possuem grande importância em termos demográficos e de impacto na sociedade. Em Junín de los Andes, o seu produto por excelência é o turismo religioso. Esta população está situada em uma área de transição entre o bosque e a estepe e não conta com costa de lago, pelo qual os atrativos naturais são menores em relação às restantes cidades do corredor dos lagos. Por isso, como parte de uma estratégia de marketing, as “fortalezas” que possui e as “oportunidades de diferenciação” com relação aos outros centros turísticos próximos ao corredor dos lagos foram estudados, o que explica esta potencialidade e desenvolvimento das diversas opções centradas em aspectos culturais.

A alternativa de implementar o denominado “turismo religioso” surge a partir da história local inicial (de fato, fundada no ano de 1883, é a localidade mais antiga da Província de Neuquén) e a partir da beatificação de Laura Vicuña (que viveu entre os anos 1891 e 1904), que foi aluna do Colégio Maria Auxiliadora desta localidade (Subsecretaria de Turismo — Província de Neuquén, 2007: 6). Esta é uma das figuras religiosas muito veneradas no local, junto a Ceferino Namuncurá (que viveu entre os anos 1886 e 1905) que era de origem Mapuche mas, desde muito jovem, dedicou-se a propagar a religião católica.

Em Junín de los Andes, os indígenas são apresentados no contexto do turismo religioso que está sendo promovido como opção turística da localidade. O site oficial de turismo da Província afirma, em relação à história da localidade que, após a denominada “Conquista del Desierto”, “[...] concluidas las luchas con los Mapuche y con la instalación de colegios salesianos, finalmente se conforma como población permanente; Mapuches y blancos lograron la convivencia de culturas totalmente diferentes” (Subsecretaría de Turismo — Junin de los Andes, 2014).

Dentro das imagens religiosas difundidas nos últimos anos, foram incorporados diversos elementos da cultura Mapuche, conforme se observa na

igreja local e também no denominado “Via Christi”, um parque temático religioso que representa — através de diferentes “estações” — momentos destacados da vida de Jesus Cristo, onde as figuras religiosas incluem algumas temáticas Mapuches. Em uma das “estações” (a número 10), que leva por título “Jesús lava los pies a sus amigos”, aparece uma povoadora mapuche do local, que aceitou ser representada na escultura. Tal como podia ser lido no website da Subsecretaria de Turismo<sup>16</sup>: “Con esta idea de la unión de las culturas propusimos como modelo a la abuela Rosa Cañicul<sup>17</sup> del pueblo mapuche de Pullán Pullán, en costa El Malleo”.



**Imagem Nº 4.** “Neuquén: Semana Santa em Junín de los Andes”.  
Fonte: Sentí Argentina, 2014.

16. Esta informação estava ainda disponível na secção de Turismo Religioso do Website da Subsecretaria de Turismo em 17 de fevereiro de 2014 (<http://www.neuquentur.gob.ar/es/turismo-religioso/1312/estaciones-del-via-christi#Uno>) mas, infelizmente, já não se encontra acessível.

17. Cabe destacar que Rosa Cañicul faleceu no final do ano 2013.

Isto implica uma “visibilidade do indígena” a partir do marketing oficial e de sua “valorização” como produto turístico ou como parte do “patrimônio local”. Ceni-ficação que, certamente, assume características extremamente complexas. Por um lado, pode ser vista como uma forma de “apropriação” da cultura indígena, e por sua vez — como assinalamos em outras oportunidades (García e Valverde, 2006; Valverde, 2006) — a forma que adquire esta ceni-ficação no âmbito local para contornar as *múltiplas contradições*, assim como o papel subordinado que os povos indígenas desempenham nestes contextos (García e Valverde, 2006). Porém, por sua vez, implica uma visibilidade e legitimação no âmbito local dos Mapuche que lhes possibilita posicionar suas demandas. De fato, esta ceni-ficação não se dá em outras localidades muito próximas, onde a tendência é, pelo contrário, à negação.

Em San Martín de los Andes, a imagem do Mapuche que é oferecida para o turismo é muito diferente. Apresentado como “um elemento mais” da natureza, encaixa perfeitamente com a construção — à medida que o fluxo de determinado perfil de visitantes foi afiançando-se — da localidade como “aldeia ecológica”, afastada do turismo de massa de outros âmbitos competidores próximos, como a cidade de San Carlos de Bariloche, o centro urbano mais importante da cordilheira da Patagônia. Mas esta conformação identitária local remete-se a diversas tradições europeias, conforme evidenciam a realização dos “concursos de lenhadores” e os festejos do denominado “natal branco” (Balazote, 2006), embora no segundo caso sejam reforçadas algumas das características claramente associadas à localidade: a natureza, o centro invernal e a infraestrutura para um turismo de alto poder aquisitivo. Os Mapuche ficam inseridos nesta visão pretensamente harmônica da “aldeia” com reminiscências “alpinas”, conforme provam diversas promoções turísticas da localidade são prova disto:

A 10 Km. de San Martín de los Andes, yendo por la ruta que nos lleva Quila Quina, puede que nos topemos, a un costado de la ruta, con un carro apuntalado por bueyes. Sobre él, quizás un hombre con rasgos indios: callado, algo serio, tiernamente observador, puede que nos esté invitando a adentrarnos en el bosque en su compañía... Así este paraíso se ofrecerá a los que, como los Curruhuinca, sean capaces de apreciar la belleza inalterable de este bosque casi encantado y tan a mano (Revista “La Región” citada em Impemba, 2003: 32).

Desde já, esta imagem da natureza “prístina e harmônica” — da qual os indígenas fazem parte — oculta a modificação social de dita paisagem, levando a omitir no relato histórico as atividades econômicas florestais, agrícolas, pecuárias, etc.)<sup>18</sup>, que seriam incompatíveis com a imagem de natureza “virgem” que se deseja promover turisticamente. Por outro lado, como afirmou Soper (1996 *apud* Comas d’Argemir, 1998: 122), o cenário natural “[...] es producto de relaciones de clase, de género y raciales: no es nada neutro ni nada ‘natural’”.

Em Villa la Angostura as comunidades Mapuche locais, que se encontram em uma situação extremamente conflituosa com proprietários privados, ainda não contam com o correspondente reconhecimento institucional do estado municipal e provincial (mas sim com o do Estado Nacional através do Instituto Nacional de Assuntos Indígenas ou da Administração de Parques Nacionais). Isto é explicável, dada a menor incidência que o estado provincial neuquino teve nesta região, em conjunção a maior incidência de atores privados locais e Parques Nacionais — com sua marca europeizante e aristocratizante dos anos 30 e 40 —, o que contribuiu para um menor reconhecimento da diversidade, se o comparamos com outras regiões do mesmo “corredor dos Lagos”, como os Departamentos neuquinos antes assinalados (García e Valverde, 2007).

Isto faz com que os Mapuche não sejam “visibilizados” no contexto local e o “turismo em comunidades Mapuche”<sup>19</sup> não se encontre contemplado

---

18. A localidade de San Martín de los Andes e sua área de influência, até a década de 1970 teve um destacado desenvolvimento da atividade florestal, ligado à presença da paisagem de bosques e da possibilidade de exportar esta produção para o Chile através do próprio Lago Lacar (que desemboca no Oceano Pacífico). Esta produção foi declinando junto com o desenvolvimento da atividade turística.

19. Dentro das diferentes alternativas turísticas que a Província oferece — que no Website oficial podem ser lidas na página intitulada “O que fazer” (<http://neuquentur.gob.ar/pt-br/o-que-fazer/>; acesso em 18/02/2014) - são apresentados diferentes “produtos”, cuja potencialidade adquirem a mesma relevância que qualquer mercadoria vendável para o mercado. Entre eles, são reconhecidos, além de “turismo em comunidades Mapuche” e “artesanatos tradicionais” (desenvolvida majoritariamente pelas comunidades) outras modalidades como “pesca esportiva”, “caça esportiva”, “acampamento”, “Neve — esqui”, “Congressos e convenções”, “Observação de aves”, “Dinossauros”, “festas religiosas”, “Mountain Bike”, “Gastronomia regional”, “Rafting, caiaque”, etc.

como oferta, como uma das diferentes opções. Porém, já o vimos, a partir do testemunho do prefeito local, como —no caso de que finalmente a justiça valde as reivindicações realizadas pelos Mapuche — o resultado pareceria ir no mesmo sentido das localidades vizinhas: sua conversão em “produto turístico”.

Por outro lado, na margem sul do Parque Nacional Nahuel Huapi — Departamento “Bariloche” de Río Negro — a importância da Cidade de San Carlos de Bariloche confere certas especificidades à questão indígena local. Do mesmo modo que no Departamento vizinho “Los Lagos”, do Parque Nahuel Huapi, predominou uma ausência de reconhecimento e uma invisibilização das comunidades indígenas, acrescidas de um progressivo despovoamento do meio rural circundante à cidade, produto, precisamente, das políticas desta agência. Isto explica que não exista (diferentemente dos Departamentos vizinhos da Província de Neuquén) comunidades Mapuche de certa relevância demográfica próximas à cidade. Não obstante, em Bariloche reconhece-se desde políticas públicas — pelo menos “formalmente” — para a população originária, se bem tal visibilidade é extremamente fragmentada. A presença indígena nesta cidade —como asseguramos em outra oportunidade — “pendula entre la contradicción y la omisión” (Valverde, 2010: 75). De fato, em meados da década passada, quando visitamos a Secretaria de turismo local, um funcionário assinalou-nos — em uma resposta que parece dada deliberadamente para este trabalho comparativo -: “... aqui, em Río Negro, não existem muitos Mapuches, existem mais em Neuquén, mais pela zona de Aluminé... É preferível ir lá que assim você vai ver algo mais ‘puro’ mais ‘autêntico’”. Nos últimos anos, alguma informação sobre as comunidades Mapuche locais é brindada, porém a visibilidade a partir das instâncias oficiais das atividades turísticas desenvolvidas pelas próprias comunidades —e até da existência das mesmas — continua sendo escassa.

## **5. Atrás do decorado... ou do decorado à realidade cotidiana das relações interétnicas**

Por outro lado, existe outra forma de visibilidade que o povo Mapuche foi adquirindo na região, a partir das diferentes reivindicações e conflitos que vêm protagonizando com diversos agentes —privados e estatais — pelo acesso e o controle dos recursos. A partir da expansão da atividade turística, deu-



se uma maior presença e mobilização indígena, a partir da valorização dos territórios e do avanço de diversos empreendimentos sobre estas áreas onde se assentam e/ou reclamam estas populações. Isto levou a variados protestos, reafirmações nos territórios, despejos como resultado de demandas judiciais de particulares — com consequentes protestos, litígios ainda pendentes, etc. — e ao mesmo tempo, dinâmicas de territorialização, reterritorialização ou “viagens de volta”, como caracterizou há uns anos Oliveira (1999). Não nos detemos em detalhe nestes litígios, já que excede os objetivos do presente trabalho e o abordamos detalhadamente em outras oportunidades, assim como o fizeram outros autores. No entanto, assinalaremos as repercussões públicas que os indígenas vêm conseguindo com estas mobilizações e a forma em que se reapropriam e redefinem sua inserção na atividade turística.

Um exemplo paradigmático destes litígios, — ao que já fizemos referência — é o que a comunidade Paichil Antriao, assentada no Município de Villa La Angostura vem protagonizando. A partir da expansão turística e imobiliária<sup>20</sup> e do acelerado aumento da população, vem dando-se uma crescente pressão sobre os territórios, o que gerou um agudo conflito entre diversos agentes privados e o município local, com os integrantes desta comunidade. As terras que tradicionalmente ocupa a mesma, encontram-se escrituradas em nome de particulares que, mesmo que nunca tenham tido sua posse, as reclamam como próprias. No Cerro Belvedere (área periurbana da localidade), foram produzidos múltiplos episódios de violência, despejos de algumas famílias — a partir da denúncia aos indígenas através de diferentes figuras do Código Penal, tais como “usurpação”, “ameaças”, etc. — Isto levou que os Paichil Antriao reúnam um número muito elevado dos integrantes de comunidades Mapuche da Província de Neuquén processados em diversas causas judiciais.

---

20. Os dados de “autorizações para construções novas e ampliações” segundo município, resultam ser eloquentes desta tendência. Assim, Villa la Angostura, com tão somente 2% da população provincial no ano de 2012 (último dado disponível) foi a segunda localidade da província (depois de Neuquén capital com 43,55% da população provincial) em quantidade de autorizações para construções novas e ampliações — com 255 autorizações, o que representa 16,1% do total provincial — (Direção Provincial de Estatística e Censos da Província de Neuquén, 2012). A média dos anos 2008 a 2012 dá conta deste mesmo posicionamento, isto é, é a se-

Outro exemplo é a zona sul do Parque Nacional Nahuel Huapi, na Província de Rio Negro, que não contava com comunidades Mapuche oficialmente reconhecidas até há poucos anos. Porém, no final da década de 1990, as famílias que conformam a comunidade “Wiritray”<sup>21</sup>, iniciaram as tramitações para obter sua identidade jurídica ante o *Instituto Nacional de Asuntos Indígenas* (INAI), convertendo-se assim na primeira comunidade Mapuche formalizada em jurisdição do Parque Nacional Nahuel Huapi.

Um dos “disparadores” foi que o concessionário do camping agreste (localizado na cabeceira norte do Lago Mascardi, de grande valor paisagístico) avançava cada vez mais sobre o território ancestral da comunidade, com os riscos que isto implicava. Diante de um novo chamado de licitação, estas famílias indígenas solicitaram à *Administración de Parques Nacionales* (APN) a suspensão de dita ação administrativa, apresentando ao mesmo tempo um projeto de manejo da área de acampamento agreste por parte da própria comunidade (com autodeterminação e administração de seus próprios recursos). De acordo com o crescente reconhecimento social e jurídico para com os povos originários, a APN cedeu a este pedido<sup>22</sup> e já há algo mais de 10 anos, a comunidade “Wiritray” vem organizando e administrando a área de acampamento. Com esta mudança substancial, o desenvolvimento de diferentes atividades turísticas em seu território ancestral foi intensificado, o que redundou em uma “territorialização” destas famílias<sup>23</sup>.

---

gunda cidade da província concentrando quase 20% das autorizações de todo o território neuquino (Direção Provincial de Estatística e Censos da Província do Neuquén, 2012).

21. A comunidade “Wiritray” está conformada pelas famílias Inaleff, Treuque e Rauque. Moram há mais de um século no Parque Nacional Nahuel Huapi, em Rio Negro, a aproximadamente 25 km. a sul da Cidade de San Carlos de Bariloche (ver Mapa 2), na margem norte do Lago Mascardi.

22. As terras de Parques Nacionais — ao serem propriedade do Estado Nacional e serem uma área protegida — não podem ser vendidas; exceto através de uma lei do Congresso Nacional (situação extremamente excepcional).

23. Desta maneira, a comunidade iniciou a construção de um centro destinado a difundir a cosmovisão Mapuche, preservar a biodiversidade e promover o turismo sustentável (Jornal *Río Negro*, 17/01/2002). Seus integrantes trabalharam na construção de um salão (de 180 metros quadrados) na orla do lago, empreendimento que contou com o apoio da Secretaria de Turismo da Nação, que outorgou recursos econômicos para a construção de fogões e sanitários. Também contou com o apoio de Parques Nacionais, que contribuiu, além do apoio institucional, com materiais para as obras (ver imagem N° 1).

Outros litígios representativos foram protagonizados pelas comunidades Curruhuinca e Vera, que residem nas proximidades do centro de esportes de inverno Cerro Chapelco (em San Martín de los Andes) e vêm mantendo múltiplas disputas com o concessionário — com a intervenção dos diferentes níveis estatais — pelo controle territorial e pelos benefícios desta apreciada área turística. Durante o inverno do ano de 2002, no momento de maior auge do turismo, os povoadores da paragem Payla Menuko da comunidade Curruhuinca cortaram o acesso à colina. O motivo deste protesto residiu no fato de que os córregos que baixavam do centro de esqui, produto dos esgotos dos banheiros, chegavam contaminados à dita área da comunidade. Os antecedentes sobre contaminação das águas nesta área tinham longa data<sup>24</sup>. Os Mapuches concentraram-se em horas da manhã, quando o trânsito de turistas para o Cerro Chapelco é mais intenso, impedindo a entrada ao mesmo. A partir da realização do piquete, milhares de esquiadores e turistas estiveram impedidos de entrar no centro de lazer invernal. A partir deste protesto, conformou-se um grupo integrado pelos diversos setores envolvidos —incluindo os Mapuche — que tomou as provas correspondentes dos resíduos dos esgotos e a juíza decretou o fechamento do complexo, com o qual imediatamente o piquete foi suspenso (Jornal *Página 12*, 29/08/2002). Ao se comprovar a contaminação que os banheiros produziam, o descumprimento das medidas de saneamento, assim como a contaminação que os afluentes geravam ficaram evidentes. A decisão da juíza causou grande surpresa, pois o fechamento no momento de maior turismo não era a resolução para o conflito que podia se esperar, ficando a empresa concessionária “Nieves de Chapelco S.A.” no centro das críticas diante da falta de previsão e de cumprimento com os acordos (Balazote, 2006; Valverde, 2006).

---

24. No ano de 1999, havia sido assinado um convênio pelo qual a empresa concessionária do cerro se comprometia a realizar as reformas no sistema de esgotos, porém nada mudou. No ano de 2001, os indígenas haviam ocupado o Conselho Deliberativo da cidade para conseguir distribuição de água mineral e pela resolução deste problema. Em meados do ano de 2002, a juíza de faltas tinha disposto o fechamento das instalações, baseada nas inspeções realizadas pelo organismo de controle municipal. O mesmo foi levantado no mês de junho, mas em caráter provisório, sujeito ao cumprimento das obras de saneamento (Balazote, 2006).

Em relação a estes litígios que acontecem, a partir dos diferentes testemunhos recolhidos observamos o contraste entre como o marketing turístico hegemônico “se utiliza” dos indígenas e a participação à qual estes aspiram. As aspirações de uns e de outros resultam ser extremamente divergentes e conflituosas. De fato, a partir de diversas expressões, observamos que o fato de que os indígenas realizem produções e ofereçam serviços para o mercado turístico não somente constitui para muitas famílias Mapuche uma fonte de renda, senão que, além disso, possibilitou reverter a imagem a-histórica de sua cultura sustentada pelo marketing turístico tradicional. Neste sentido, um integrante da comunidade Curruhuinca assegurava-nos como as mobilizações realizadas modificaram a estigmatização promovida a partir do marketing tradicional:

[...] nosotros en San Martín siempre fuimos, con la gente vinculada al turismo en San Martín nosotros hasta hace poco años éramos parte de la postal, nada más que eso. O sea, nos vendían como parte de la postal. Que hoy eso está cambiando, y no es gracias a que ellos se han dado cuenta, sino gracias a la presión que hacemos nosotros

Por isto, parte das disputas referem-se a ser “mostrados”, em contraposição a “se mostrar a si mesmos” sendo os diretos beneficiários, tal como nos expressava integrante de uma comunidade:

A nosotros nos interesa sí, que se pueda hacer un turismo, pero que podamos manejar, administrar los recursos, y difundir lo que realmente quiera difundir. Se venden cosas como que son mapuches. Y los mapuches seguimos allá en el piedrero<sup>25</sup> esperando a ver cuando se acuerdan y cuándo nos reconocen

## 6. Considerações finais

A partir do trajeto realizado nestas páginas, observamos o caráter extremamente complexo, paradoxal, contraditório e mutante que acarreta esta ativi-

---

25. Em relação aos lugares com “pedras”, referem-se a lugares com certo grau de deterioração que não possuem as melhores condições.

dade em comunidades indígenas Mapuche na zona turística do denominado “Corredor dos Lagos” da Norpatagônia. Por isto, é necessário considerar esta marca ininteligível e, ao mesmo tempo, multidimensional deste fenômeno, diferenciando-nos das leituras que o reduzem a impactos “positivos” ou “negativos” ou a uma relação “anfitriões e convidados”.

Neste sentido, a abordagem dos processos históricos de conformação dos destinos turísticos e da inserção dos povos indígenas no mercado e na relação com diversos setores sociais (estatais e privados) adquire grande relevância. De fato, como analisamos ao longo destas páginas, observamos como a “mercantilización de la identidad” (Comaroff e Comaroff, 2011) — com a consequente cenificação e “valorização” dos “Mapuches” distancia-se de ser homogênea. Pelo contrário, como observamos neste percurso, em poucos quilômetros de distância entre um centro turístico e outro, os Mapuche passam de seres visibilizados como parte da natureza supostamente “prístina” e “virgem” — a modo do “bom selvagem” —, a cenificados como parte do “turismo religioso” e, finalmente, em outros contextos, a não serem apresentados por serem negados desde as instâncias estatais. Daí que a apresentação dos indígenas como uma das opções do “turismo cultural” (Pereiro Pérez, 2009) seja muito diversa e inclusive em alguns contextos (como o que vimos de Villa la Angostura) ainda não se dê — diante da falta de reconhecimento por parte dos organismos estatais locais.

Estas diferenças locais e as historizações que lhes são próprias resultam centrais como um aspecto metodológico que devemos considerar, em prol de desnaturalizar as relações que atualmente são estabelecidas entre o povo Mapuche e os diferentes setores da sociedade não indígena. Ao mesmo tempo, isto resulta ser de grande importância para compreender a maneira na qual foi cimentado “um determinado lugar” para os povos indígenas.

Neste sentido, devemos considerar, tal como observou Grünewald (2003: 147) que, à diferença das diversas formas de colonialismo clássico, “o turismo promove a restauração, preservação e recriação de atributos étnicos”, pelo que constituem “etnias reconstruídas”. São necessárias, portanto, complexas estratégias metodológicas para se aperceber desta inter-relação entre a cenificação (ou a negação) dos povos indígenas e a capacidade deles de se apropriarem, modificarem e aproveitarem as oportunidades de cada contexto apresenta.

A minúcia da experiência etnográfica possibilita se aperceber de ditas relações (Comas d'Argemir, 1998), em complementariedade com outras fontes de informação para visualizar os processos contextuais (a nível nacional, regional e local).

Em direta relação com este último, uma abordagem de tipo comparativo como o que utilizamos, centrado em uma etnografia “multisituada”, isto é, a partir de “una práctica etnográfica deslocalizada” ou baseada em “una multiplicidad de unidades de observación y participación” parece-nos apropriado (Roca i Girona, 2010: 266). Esta metodologia possibilitou superar uma leitura reduzida a apenas uma região, e, ao mesmo tempo, propiciou estabelecer certas regularidades, sem por isto perder de vista as especificidades de cada âmbito regional.

Um efeito que desejamos fazer referência à atividade turística tem a ver com os *múltiplos conflitos* entre os povos originários e outros setores envolvidos pelo manejo e acesso aos recursos. Estes litígios, de alguma maneira, são “a contrapartida” ou a “face oculta” da visibilidade que formulávamos como problemática central deste trabalho. Parte do caráter paradoxal desta fonte de renda é que — desde já sem se propor —, a visibilidade, mesmo que seja a partir de uma cenificação essencializante e folclorizada, brinda o marco para sua constituição como “*sujetos sociales y políticos*” (Iturralde, 1991), tal como se vem produzindo com os povos originários em toda a América Latina. Nesta linha, em relação ao marketing turístico do povo Mapuche nesta região, Impemba (2013: 196) assinalou de modo acertado:

[...] contradictoriamente, al ser mostradas en el escenario turístico, las comunidades mapuche tienen la oportunidad de ser reconocidas en ámbitos en los cuales antes se las ocultaba. Esto les permitió en cierta medida reforzar los procesos reivindicatorios y posibilitó su exposición pública como sujetos sociales.

Acreditamos, porém, que isto vai muito além de considerar os diversos conflitos como meros “efeitos”. Por isso consideramos — como uma dinâmica a seguir aprofundando em futuras contribuições — que uma das consequências fundamentais da atividade turística constitui o *reforçamento* da *identidade étnica* e de suas reivindicações políticas, isto é, a *etnicidade*.

Pois bem: Como é associado o reforçamento da identidade étnica com os conflitos? De que modo se vinculam processos de longa data — como os de reetnização — com as respostas “imediatas” brindadas pelas populações locais frente a estas transformações estruturais? Bartolomé (2004: 90-91) proporciona-nos algumas respostas, ao afirmar que o “incremento en la confrontación interétnica es uno de los principales factores que actualizan la identidad étnica”, porque esta última constrói-se — como toda identidade social — “por el contraste con otras identidades posibles” e porque as imposições dos “otros” que “agreden a un nosotros construido por la colectividad étnica diferenciada” afirmam a identidade e contribuem para fazer eclodir a etnicidade “como autoafirmación colectiva”. Como afirmou acertadamente Grünewald (2003: 148) “O turista quer ver ‘nativos intactos’, mas sua própria presença mudaria os nativos ao torná-los menos exóticos e ‘tradicionais’”. Definitivamente, devemos considerar como a atividade turística é um dos fatores que contribui, em um complexo interjogo de variáveis e fatores, a sua crescente presença e às mobilizações que protagonizam.

Finalmente, e a modo de síntese geral, entendemos que as transformações dos últimos anos resultantes desta fonte de renda *acentuam a presença do povo Mapuche* e a obtenção de direitos a partir das disputas que realizam pelo acesso aos recursos, assim como o reforçamento da identidade e as mobilizações etno-políticas — a Etnicidade —, com sua consequente visibilidade pública. Nesta dinâmica, as contradições que a atividade turística implica para os Mapuche jogam um papel fundamental: por um lado, desde os setores hegemônicos, não se contempla sua participação neste mercado, e, às vezes, sua categoria mesma de “indígenas” é desconhecida ou, no melhor dos casos, são aceitos em um lugar marginal, numa clara tendência de “mercantilização da identidade”. De acordo com este lugar que lhes é outorgado, são apresentados como um “adorno” dentro da imagem de cada destino turístico que se deseja promover, completamente afastados do lugar de “sujeitos sociais” que precisamente conseguiram nas últimas décadas — através de suas comunidades e organizações. Porém, ao mesmo tempo, este particular contexto brinda o quadro para sua constituição como sujeitos sociais e políticos, na medida em que lhes possibilita (e, em muitos casos, obriga-os) a disputar seu posicionamento em termos políticos, econômicos e simbólicos. Esta relação entre a vi-



sibilidade que o cenário turístico formula e sua capacidade de transformação e de aproveitamento dos interstícios deste contexto é um aspecto chave para continuar sendo indagado na pesquisa antropológica, assim como um elemento a aprofundar na metodologia que utilizamos.

## Bibliografía

- ASTRADA, Javier: “Veríamos la forma de aprovechar sus culturas y hacer un producto turístico más”, *Indymedia Argentina — Pueblos Originarios —* 03/01/2007 (entrevista). Disponibilizado em: <http://www.argentina.indymedia.org/news/2007/01/479365.php>. Data de acesso: 14/02/2014.
- BALAZOTE, Alejandro. “Winkas y mapuches: producción cultural e oferta turística en una aldea de montaña en Norpatagonia, Argentina”. *Ilha. Revista de Antropologia*, vol. 8, nº 1, 2 (2006): 117-136.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “Interculturalidad y territorialidades confrontadas en América Latina”. *RUNA XXXI*, 1 (2010): 9-29.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “Movilizaciones étnicas y crítica civilizatoria. Un cuestionamiento a los proyectos estatales en América Latina”. *Perfiles Latinoamericanos*, 24 (2004): 85-105.
- BENGOA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John L. *Etnicidad S.A.* Buenos Aires: Katz Editores, 2011.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolores. *Antropología Económica*. Barcelona: Ariel, 1998.
- GARCÍA, Analía e VALVERDE, Sebastián. “Un pueblo, un producto. Análisis de la actividad turística como política de Estado e inserción das poblaciones mapuches en este contexto. El caso de la Provincia de Neuquén”. *V Jornadas de Investigación en Antropología Social — Seção Antropologia Social, Faculdade de Filosofia e Letras, UBA*. Buenos Aires: 2, 3 e 4 de Agosto de 2006.
- GARCÍA, Analía e VALVERDE, Sebastián. “Políticas estatales y procesos de etnogénesis en el caso de poblaciones mapuche de Villa La Angostura-Neuquén-Argentina”. *Cuadernos de Antropología Social*. 25 (2007): 111-132.

- GRÜNEWALD, Rodrigo. “Turismo e Etnicidade”. *Horizontes Antropológicos*. 9 (2003): 141-159.
- GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de Campo*. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1991.
- IMPEMBA, Marcelo. *La representación de la cultura mapuche en el discurso de los guías de turismo de San Martín de los Andes*. Tese de Mestrado, Universidad Nacional del Comahue, 2003.
- IMPEMBA, Marcelo. *¿Los otros Invisibles? La cultura mapuche en el expansionismo turístico de San Martín de los Andes*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2013.
- INDEC. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010 Censo del Bicentenario. Resultados definitivos, Serie B N° 2*. Buenos Aires — Argentina, 2012. Disponibilizado em <http://www.indec.gob.ar>. Data de consulta 17/02/2014.
- INDEC. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas*. Buenos Aires — Argentina, 2001. Disponibilizado em <http://www.indec.gov.ar/>. Data de consulta 17/02/2014.
- ITURRALDE, Diego. “Los pueblos indios como nuevos sujetos sociales en los Estados Latinoamericanos”. *Revista Nueva Antropología*, vol. XI, núm. 39 (1991): 27-40.
- NEUQUÉN TUR: “Corredor de los Lagos”, 2014. Disponibilizado em <http://www.neuquentur.gob.ar/es/corredor-de-los-lagos/>. Data de acceso: 14/02/2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Entrando e saindo da ‘mistura’ os índios nos censos nacionais” em OLIVEIRA, João Pacheco de (Comp.) *Ensaios em Antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. 124-151.
- PEREIRO PÉREZ, Xerardo. *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. Tenerife: El Sauzal — Associação Canária de Antropologia — PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 2009.
- RAMOS, Alcida Rita. “Indigenismo, un orientalismo Americano”. *I Encontro de Antropólogos Brasileiros e Mexicanos*. México: 7 a 9 de Setembro de 2011.
- ROCA I GIRONA, J. “Las etnografías de orientación temática” em PUJADAS I MUÑOZ, Joan; COMAS D’ARGEMIR, Dolors e ROCA I GIRONA, Jordi (comps.) *Etnografía*. Barcelona: Editorial UOC, 2010. 255-270.

- ROSSEL, Pierre. (Ed.) *Turismo: la producción de lo exótico*. Copenhague: IWGA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Assuntos Indígenas), 1988.
- SENTÍ ARGENTINA. Portal de Noticias de turismo y cultura. “Neuquén: Semana Santa en Junín de los Andes”, 27/03/2014, disponible en <http://sentiargentina.com/neuquen-semana-santa-en-junin-de-los-andes/> Data de acceso: 21/09/2015.
- SUBSECRETARÍA DE TURISMO — PROVINCIA DE NEUQUÉN. *Guía para inversores Junín de los Andes*, 2007.
- SUBSECRETARÍA DE TURISMO — PROVINCIA DE NEUQUÉN, 2014. Disponible en <http://www.neuquentur.gob.ar/> Data de acceso: 18/02/2014.
- SUBSECRETARÍA DE TURISMO — JUNÍN DE LOS ANDES, 2014. Em <http://www.neuquentur.gob.ar/es/junin-de-los-andes>. Data de acceso: 17/02/2014.
- TAMAGNO, Liliana. “Modelo agrícola. Pueblos indígenas y pequeños productores” em CARRASCO, Andrés, SÁNCHEZ, Norma e TAMAGNO, Liliana (comp.) *Modelo agrícola e impacto socio-ambiental en la Argentina: monocultivo y agronegocios*. Argentina: Universidad Nacional de La Plata — Asociación de Universidades del Grupo Montevideo, 2012. 68-119.
- TRINCHERO, Héctor Hugo. *Los dominios del demonio. Civilización y barbarie en las fronteras de la nación. El chaco Central*. Buenos Aires: Eudeba, 2000.
- VALVERDE, Sebastián. *Las condiciones de existencia y las prácticas de reproducción de la población mapuche en las regiones turísticas de las provincias de Neuquén y Río Negro*. Tese de doutorado. Buenos Aires: Faculdade de Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires*, 2006.
- VALVERDE, Sebastián. “Demandas territoriales del pueblo mapuche en área Parques Nacionales”, em *avá — Revista de Antropología*. Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Secretaría de Investigación. Programa de Posgrado en Antropología Social. Nº 17, 2010: 69-83.
- VALVERDE, Sebastián. “De la invisibilidad a la construcción como sujetos sociales: el pueblo indígena Mapuche y sus movimientos en Patagonia Argentina”. *Anuário Antropológico* (2013): 139-166.

### **Fontes jornalísticas**

Jornal *La Mañana del Neuquén*, 29 de dezembro de 2010.

Jornal *Página 12*, 29 de Agosto de 2002.

Jornal *Río Negro*, 17 de Janeiro de 2002.

### **Nota curricular**

Sebastián VALVERDE. Doutor em Ciências Antropológicas, é pesquisador do CONICET (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas*) e está ligado ao *Instituto de Ciencias Antropológicas* da Faculdade de Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires* (Argentina).

### **Contacto**

sebavalverde@yahoo.com.ar.